



Número: **0037503-57.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **26/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MOACIR PEREIRA GALDINO (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
61464465	05/05/2020 16:47	2636936_PETICAO_SIMPLES	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00375035720198172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MOACIR PEREIRA GALDINHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

A parte promovente foi intimada nos seguintes termos:

“Da mesma maneira, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da complementação dos honorários, uma vez que a sentença fixou o percentual de 10% (e não 5%), sob pena de execução forçada e incidência de multa de 10% sobre o referido valor, nos termos do art. 523 do CPC.”

Em que pese tal pedido tenha sido feito pela parte autora na petição ID 59982088, a mesma se **equivocou, pois NÃO OBSERVOU a SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA fixada no dispositivo da sentença**, vejamos:

DISPOSITIVO DA SENTENÇA:

*“(…) Considerando a ocorrência de sucumbência recíproca (art. 85, §14, do CPC), **as partes repartirão igualmente as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento)** sobre o valor da condenação, devidamente atualizado. Todavia, tendo em vista que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, ditas verbas sucumbenciais restarão, em relação a esta, suspensas, consoante dispõe o art. 98, §3º do Código de Processo Civil”*

Ora, Excelência, o dispositivo da sentença é claro: as partes **repartirão** as custas e **honorários**!

Deste modo, se os honorários foram fixados em 10%, como serão repartidos, **cabe à parte ré pagar 5%, bem como à parte autora pagar 5%**. Contudo, o pagamento de 5% de honorários pertinente à parte autora fica suspenso face a gratuidade de justiça deferida.



Pelo exposto, resta cabalmente comprovado, pela exposição detalhada do comando sentencial, que **NÃO HÁ qualquer montante a ser pago pela parte promovida**, já que a quitação dos honorários se deu exatamente nos moldes fixados, frisa-se, **honorários de 10% repartidos igualmente entre as partes, o que significa 5% para cada uma**.

Sendo assim, pugna pelo **INDEFERIMENTO DO PEDIDO formulado pela parte autora**, ora exequente, pelo **reconhecimento de que o pagamento foi feito nos moldes fixados em sentença** e a consequente **extinção do processo, nos termos do artigo 924, II, CPC**.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 5 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

